

5 Conclusões

*Era isso,
mas não sei se disse bem, nem se fui assaz convincente.*

Deleuze e Guattari
O que é a filosofia? (1994, p.2)

No seu *Three concepts of globalization*, Jens Bartelson sugere que conceitos sociopolíticos podem ser comparados a esponjas: ao longo da sua história, um conceito pode absorver muitas conotações, sendo a relação entre estas nem sempre consonante. Quanto mais conotações o conceito absorve, mais opaco ele se torna. Isto é, quanto mais leituras diferentes são associadas ao mesmo conceito, mais difícil fica discernir um significado absoluto; *correto*. Ao contrário do que se poderia supor, porém, Bartelson não entende essa opacidade como um problema. Para o autor, a “indefinibilidade” é uma característica inescapável dos conceitos sociopolíticos, pois reflete as limitações da concepção moderna ocidental do próprio sociopolítico.⁷⁰ Sendo assim, mais do que resolver a controvérsia entre conotações concorrentes de modo a capturar aquela compreensão supostamente precisa, a boa pesquisa conceitual deve se concentrar em mapear a polêmica que se forma ao redor do conceito em questão, sem negar sua complexidade. Como Bartelson resume, aceitar a natureza “essencialmente contestada” de todo conceito sociopolítico representa por si só uma ruptura com a abordagem convencional para a análise nas ciências sociais: em vez de resolver a controvérsia em torno do conceito, o objetivo passa a ser estudar como o discurso se forma *em função* dessa polêmica; como ele pode, em um determinado momento, agregar definições diferentes (mesmo antagônicas); e como essas diferentes conotações influenciam nossa forma de pensar e agir (Bartelson, 2000, p.181).

Foi este o exercício que procuramos desenvolver nessa dissertação, assumindo como objeto de estudo as diferentes concepções correntes no discurso sobre os impactos de segurança das mudanças climáticas. Para tomarmos emprestada a metáfora de Bartelson, podemos dizer que o conceito de segurança

⁷⁰ Segundo Bartelson, nossa imaginação política seria limitada por tensões congênicas ao sistema internacional, nomeadamente a relação quase esquizofrênica que o autor percebe entre nosso senso de pertencimento comunitário e humanitário e a inclinação contemporânea à compartimentalização da vida em esferas de especialização.

climática foi a esponja cuja opacidade procuramos mapear. Diferindo do afã das discussões empírica e normativa sobre segurança climática por definir qual definição do conceito é mais correta ou desejável, assim, a pesquisa teve como objetivo analisar a formação do discurso contemporâneo de segurança climática em sua complexidade, entendido como produto da polêmica que se estabelece entre as diferentes interpretações que se fazem da ameaça climática. Na terminologia bourdieuniana, a análise se propôs a capturar as tomadas de posição discursivas das agências que são reconhecidas pelos seus pares como as principais referências no debate sobre segurança climática, de modo a derivar dos seus posicionamentos as particularidades das diferentes concepções do nexos segurança e clima que têm influenciado o debate público sobre a matéria.⁷¹ Casando sua dimensão empírica com a discussão teórica sobre “novos riscos”, por fim, esse exercício cartográfico foi pensado com a finalidade de servir de base empírica para a avaliação dos impactos que o processo de (in)securitização exerce sobre as concepções de espaço e tempo que pautam a concepção moderna de segurança.

O impulso inicial à pesquisa veio, portanto, da percepção de que as análises teóricas que têm se dedicado a estudar os impactos políticos e conceituais da conversão securitária das mudanças climáticas ainda tomam, como ponto de partida, concepções demasiado esquemáticas do conceito de segurança climática. Embora a conversão das mudanças climáticas em uma questão de segurança venha sendo constantemente vinculada ao debate sobre novos objetos referentes e novas temporalidades características às práticas de segurança, as análises sobre o tema ainda partem de uma leitura pouco pormenorizada sobre o real significado que tem sido impresso ao nexos segurança e clima. É por associar a (in)securitização das mudanças climáticas à priorização de práticas militares e ao favorecimento de uma mentalidade estadocêntrica, por exemplo, que Dalby (2002) rejeita o estabelecimento do nexos. Inversamente, é por presumir que a interpretação das mudanças climáticas como uma questão de segurança geopolítico/militar favorece a operacionalização das respostas ao fenômeno que Busby (2008) tem defendido tal enquadramento. Não obstante, como procuramos demonstrar com esse mapeamento, o conceito de segurança climática não é

⁷¹ Vale destacar quanto a isso que a pesquisa não teve a pretensão de determinar a “conotação vencedora” sobre o tema (o que contrariaria o próprio espírito da análise), mas apenas capturar as particularidades daquelas leituras sobre segurança climática que estão encontrando mais acolhida em meio ao debate político internacional.

necessariamente atrelado à mentalidade estadocêntrica, assim como o enquadramento do fenômeno sob uma ótica de segurança geopolítica/militar não implica a adoção *de facto* do tipo de medidas historicamente associado ao *establishment* militar. O conceito se forma, antes, da comunhão entre uma miríade de conotações, e é somente a partir dessa compreensão “essencialmente contestada”, que podemos julgar a correção ou equívoco das interpretações teóricas que se têm derivado do tema. Partindo dessa compreensão, tivemos com esse trabalho, assim, a ambição de avançar os primeiros passos de um mapeamento menos esquemático do conceito, de modo a lançar bases para interpretações mais precisas sobre os reais desdobramentos que a (in)securitização do fenômeno tem sobre a imaginação política contemporânea.

Tendo determinado a especificidade da nossa pesquisa em relação ao debate teórico existente sobre segurança climática, procuramos selecionar a abordagem teórico-metodológica mais condizente com o nosso desejo de estudar o conceito de segurança climática em sua complexidade. Após revisarmos os arcabouços disponíveis para a análise de discursos transnacionais de insegurança, concluímos que uma combinação da teoria de modulação com a orientação metodológica bourdieuniana nos oferecia o melhor instrumental de pesquisa. O conceito de macrosecuritização desenvolvido por Buzan e Waever (2009) nos pareceu esquematizar demais a relação entre as diversas conotações de segurança climática. Para os autores, as ênfases divergentes que os agentes dão às dimensões de segurança *da humanidade* e segurança geopolítica/militar do fenômeno representariam discursos securitizantes estanques, direcionados a diferentes audiências e assumindo objetos referentes também diferentes (Idem, p.267). Como mostrou a análise dos discursos que tomamos como introdução, porém, não é essa a forma com que o debate político tem abordado o tema. Ali, segurança *humana* e segurança geopolítica/militar são vinculadas em um ciclo vicioso e, não, tratados como manifestações paralelas do fenômeno.

Rejeitando o conceito de macrosecuritização, passamos à avaliação do instrumental de modulação em domínios de insegurança, desenvolvido por Huysmans (2006). Já de início, a compreensão do autor se mostrou significativamente mais aberta à análise de discurso de insegurança em sua complexidade do que o conceito de macrosecuritização. À luz do conceito de modulação, a construção de percepções de insegurança se dá por meio de

articulações entre *rationales* de segurança concorrentes, que procuram cooptar o tema para dentro dos seus domínios de particulares. Não obstante o avanço que representa no sentido de estudar o discurso de segurança climática em sua dispersão, o arcabouço de modulação nos pareceu, ainda, demasiado panorâmico. Por mais que concordemos com a conceitualização de Huysmans sobre os processos de construção de narrativas de insegurança, terminamos a leitura do seu *Politics of Insecurity* sem saber como sua compreensão teórica pode ser convertida em etapas de uma pesquisa social.

A solução que encontramos foi complementar a compreensão teórica de Huysmans sobre a natureza política da construção de inseguranças com a adoção da metodologia sociológica reflexiva bourdieuniana. Tal abordagem foi a que nos pareceu conjugar melhor as duas diretrizes analíticas da pesquisa, combinando a filiação epistemológica historicista com a delineação bastante explícita de um método de análise aplicável ao processo de (in)securitização das mudanças climáticas.

Seguindo o tratamento do método bourdieuniano como uma “caixa de ferramentas” defendido por Anna Leander (2004, 2008), Didier Bigo (2002, 2005, 2006, 2008) e Trine Villumsen (2007, 2008), a metodologia de campo foi invocada pela pesquisa “como inspiração e não como religião” (Guzzini, 2003, p. 17, apud Villumsen, 2008, p.61). Seguindo a postura pragmática que o próprio Bourdieu defendeu, procuramos adaptar a aplicação do método ao objetivo da pesquisa, em vez de ajustarmos o objetivo da pesquisa aos ditames do método. Na prática, isso significou que, em vez de nos dedicarmos a uma aplicação rígida do método bourdieuniano, optamos por selecionar, na gama de instrumentos analíticos desenvolvidos por Bourdieu, apenas aqueles que consideramos mais úteis ao nosso propósito (Leander, 2008).

A primeira ferramenta selecionada foi a postura metodológica politeísta, que consiste em rejeitar a definição *a priori* dos critérios de diferenciação aplicados sobre os discursos analisados. Seguindo essa orientação metodológica, procuramos derivar da análise dos próprios discursos os critérios de variação entre seus matizes. Foi essa a postura que nos permitiu identificar a caracterização dos impactos de segurança do fenômeno e os programas de ação para o seu enfrentamento como os dois temas definidores do debate. Da mesma forma, foi em função desse compromisso metodológico que procuramos derivar da própria

análise dos discursos as nuances que marcam os posicionamentos das agências nesses dois eixos.

A segunda ferramenta bourdieuniana de que nos valem foi a organização das tomadas de posição discursivas dos agentes em termos de um plano social. Concretamente, esse exercício consistiu em organizar em eixos perpendiculares as posições das agências em relação às ênfases discursivas capturadas. Além de útil como gráfico sinóptico, essa construção do plano social é defendida por Bourdieu como uma forma de capturar insumos para a análise na relação entre as opiniões dos agentes sobre as diferentes facetas de um mesmo conceito. Ao tratar os discursos das agências como tomadas de posição nesse plano em vez de analisar suas opiniões sobre as duas dimensões do tema de forma estanque (estudando de forma paralela as posições dos agentes quanto à caracterização dos impactos e os programas de ação advogados), a construção do plano social nos permitiu visualizar aspectos do debate que passariam despercebidas a uma análise de discurso convencional.

Nos capítulos três e quatro, procuramos construir o eixo horizontal e o eixo vertical que compõem o plano social formado em torno do conceito de segurança climática. Uma vez definidas as posições dos autores no que toca à caracterização dos impactos de segurança do fenômeno e o programa de ação que defendem para o seu enfrentamento, buscamos relacionar os resultados encontrados com as teses correntes no debate contemporâneo sobre os impactos políticos e conceituais da dita “nova conjuntura sociológica de riscos imprevisíveis e incomensuráveis” (Beck, 2000, 2006, 2009, 2010; Bigo, 2001a, 2001b, 2006, 2009, Rascunho; Huysmans, 2006a, 2006b; Trombetta, 2007a, 2007b, 2008; Aradau e Van Munster, 2007). Na discussão que se segue, revisaremos os resultados encontrados por esse mapeamento inicial, bem como as interpretações que fizemos das tomadas de posição das agências. Nosso objetivo nessa conclusão será apresentar o retrato que capturamos da controvérsia formada em torno do tema. Para tanto, manteremos a sistemática obedecida nos capítulos anteriores: começaremos por construir o plano social do debate sobre segurança climática, retomando brevemente a análise discursiva detalhada nos capítulos três e quatro. Tendo encerrado o desenho desse último gráfico, proporemos uma interpretação dos resultados encontrados à luz da literatura teórica mais abrangente sobre a construção de ameaças globais e as compreensões da nossa

“condição global” a que tais discursos (in)securitizantes transnacionais nos remetem.

Encerrando a dissertação, a última seção será dedicada a uma breve especulação sobre as indagações teóricas e linhas de análise que podemos derivar da pesquisa, tendo em mente a elaboração de trabalhos futuros.

5.1

Construindo o plano social do debate sobre segurança climática

A análise dos discursos sobre segurança climática indicou, como primeiro aspecto definidor do plano social, a caracterização que as agências oferecem dos impactos de segurança do fenômeno. Observou-se, em específico, que os posicionamentos das agências neste eixo variam em função da forma com que essas combinam as implicações de segurança humana e as implicações de segurança geopolítico/militares das alterações climáticas. O mapeamento discursivo encontrou cinco ênfases principais, já detalhadas no capítulo três, cabendo aqui apenas resumi-las: a ênfase A, ao redor da qual se situam as agências que caracterizam as implicações de segurança das mudanças climáticas estritamente como uma ameaça à segurança humana; a ênfase B, em torno da qual se posicionam as agências que reconhecem a existências de implicações geopolíticas e militares associadas ao fenômeno, mas que reduzem essas últimas implicações ao papel de fatores amplificadores de tensões de segurança humana; a ênfase C, que descreve a posição das agências que caracterizam os impactos de segurança das mudanças climáticas dando destaque para o caráter cíclico da relação entre seus efeitos de segurança humana e segurança geopolítica/militar; a ênfase D, que agrupa as agências que enfatizam em seus discursos a combinação dos impactos de segurança geopolítico/militar e de segurança humana das mudanças climáticas, mas reduzem essa última dimensão ao papel de fator agravante dos efeitos de segurança geopolíticas e militares; e, por fim, a ênfase discursiva E, que sintetiza a posição daquelas agências que retratam os impactos do fenômeno exclusivamente como uma ameaça à estabilidade geopolítica e militar.

O posicionamento das agências em torno dessas ênfases apontou uma concentração de agências em torno do ponto D. Este ponto resume o

posicionamento das agências que tratam os impactos de segurança do fenômeno como vetores de insegurança geopolítica e militar. Reconhecendo tratar-se de uma conjectura a ser confirmada ou refutada pela ampliação do mapeamento, nos permitimos interpretar essa predileção do debate internacional como resultado do esforço das agências ali situadas por adequar a complexidade discursiva adquirida pelo conceito ao longo da sua história conceitual à concepção de comunidade política estadocêntrica que o debate multilateral toma como suposto.

Como procuramos sugerir, os critérios de diferenciação atribuídos a esse primeiro eixo parecem colocá-lo em homologia direta com a discussão teórica sobre o *aprofundamento* da agenda de segurança internacional. Em específico, a polarização dos discursos das agências entre os extremos segurança humana e segurança geopolítica/militar corrobora a suposição dos estudos críticos de segurança de que há uma relação direta entre a forma com que as agências caracterizam os impactos de segurança do fenômeno e a compreensão que estas difundem do modelo de comunidade política. Procuramos demonstrar essa aparente correlação dando como exemplo o tratamento impresso ao tema dos refugiados climáticos pelo International Peace Bureau (IPB) e pelo Oxford Research Group (ORG). Como vimos, a posição diametralmente oposta que essas agências assumem no eixo de caracterização do fenômeno corresponde a um opção igualmente díspar no que diz respeito ao objeto que empregam como referentes nessa caracterização. Conseqüência dessa oposição, a forma com que os refugiados climáticos são retratados por elas oscila entre o papel de vítima, impresso pelo IPB (2007), ao papel de criminosos potenciais, presumido pelo ORG (2008).

Em vez de interpretar essa oscilação discursiva como um embate normativo em torno da hierarquização de objetos referentes, porém, procuramos demonstrar que os resultados da pesquisa não condizem com a narrativa de transcendentalidade que essa compreensão polarizada presume. Como o detalhamento dos discursos das agências desenvolvido no capítulo três mostrou, a variação entre suas caracterizações dos impactos do fenômeno esteve muito mais relacionada ao embate entre as diferentes configurações imprimíveis à mescla entre as duas dimensões de segurança das mudanças climáticas do que à oposição normativa entre a adoção de indivíduos ou Estados como objetos referentes. De

fato, caracterizações puras em termos de segurança humana ou segurança geopolítica/militar foram exceção e não a regra.

Relacionando os resultados desse primeiro mapeamento ao debate teórico sobre segurança internacional, assim, concluímos que o posicionamento dos agentes parece reforçar a leitura do político de inspiração foucaultiana adotada por Huysmans (2006) e Bigo (2005). Segundo essa tese, a disputa entre caracterizações de ameaças ancoradas em diferentes objetos referentes reflete uma relação aporética. Isto é, a controvérsia que se forma em torno da caracterização dos impactos de segurança das mudanças climáticas está presa à oposição inescapável entre um enquadramento do tema sob a *rationale* de segurança humana e seu tratamento em termos de segurança geopolítica e militar.

A primeira linha de vôo para pesquisas futuras que a construção desse eixo horizontal nos ofereceu, assim, é o indício de que a controvérsia formada em torno do conceito de segurança climática está longe de representar uma oposição teleológica entre particularismo e universalismo - como os estudos críticos de segurança tendem a presumir.

No capítulo quatro, procuramos posicionar as agências em função dos programas de ação que estas advogam para lidar com os impactos de segurança do fenômeno. A oposição entre medidas de adaptação voltadas a aumentar a capacidade de resposta das populações afetadas e medidas de adaptação centradas em diminuir a vulnerabilidade das mesmas frentes aos efeitos físicos do fenômeno se mostrou o segundo critério de variação do debate. No intervalo criado entre esses dois extremos, pudemos posicionar as agências ao redor de cinco posturas que se mostraram mais constantes. Nomeadamente: o ponto A, em torno do qual se posicionam as agências que defendem medidas de adaptação puramente reativas; o ponto B, que agrupa agências cujos programas de ação advogam a priorização de medidas de adaptação reativas, mas admitem a necessidade de complementá-las com práticas de adaptação preventivas; o ponto C, em torno do qual se posicionam agências que têm como cerne de seu programa de ação a defesa de esforços perfeitamente complementares entre medidas de adaptação preventivas e reativas; o ponto D, que agrupa as agências favoráveis à priorização de medidas de adaptação preventivas, mas que antecipam a necessidade de se aplicarem também medidas de adaptação reativas para lidar com os riscos residuais do fenômeno; e, por fim, o ponto E, ao redor do qual se posicionam

aquelas agências favoráveis à priorização absoluta de medidas de adaptação preventivas.

Em nossa interpretação dos resultados, argumentamos que o simples fato de as agências envolvidas na discussão sobre segurança climática terem eleito a opção entre adaptação reativa e preventiva como eixo de discussão traz consigo uma mudança na compreensão temporal dos impactos do fenômeno. Em comparação com o debate sobre mitigação, a redução do debate à oposição entre estilos de adaptação depende de uma consolidação dos impactos como realidade no horizonte temporal. Na medida em que as mudanças climáticas são convertidas em uma questão de segurança, assim, a “realização” do fenômeno é tomada como ponto de partida. A (in)securitização do fenômeno parece estar levando o debate político, portanto, à dedicar menos atenção aos esforços voltados a evitar que a transformação da temperatura planetária ocorra (embora essa preocupação ainda esteja presente nos discursos de algumas agências) e mais atenção à discussão sobre como devemos nos preparar para lidar com esses impactos.

Encontramos duas teses correntes no debate contemporâneo sobre segurança que nos permitiram dar sentido aos resultados encontrados. No primeiro momento, interpretamos os resultados da pesquisa à luz do conceito de sociedade de risco, desenvolvido por Beck e aproximado à literatura de segurança internacional por Trombetta. Embora tenhamos concordado com seus argumentos quanto à fragilização que o novo contexto de riscos “insecuritizáveis” impõe às pretensões de controle político e predição científica, ficamos reticentes quanto à aposta desses autores no potencial dialógico transformador dessa nova condição de cosmopolitanismo forçado.

Buscando uma explicação alternativa, recorreremos à interpretação foucaultiana da tendência de “retemporalização de ameaças”, tal como descrita por Bigo (Bigo, 200-, rascunho). A aparente redefinição temporal do debate sobre segurança climática é entendida pelo autor como reflexo de uma pressão estrutural, que levaria as burocracias envolvidas no debate a repensar seu *modus operandi*, a fim de preservar suas posições autorizadas no campo dos agentes profissionais de segurança. Frente à falibilidade incontornável dos esforços de controle e predição, tais agências invocariam um discurso de *worst case scenario* para justificar a busca permanente por técnicas preditivas cada vez mais invasivas (Bigo e Elspeth, 2007, p.115). O cenário de riscos que Beck e Trombetta

apresentam como impulso a um processo de transformação positiva, assim, Bigo caracteriza como um discurso de medo, invocado para justificar técnicas governamentais com alcance e aplicabilidade cada vez mais irrestritos.

Procuramos refinar a interpretação desses resultados tomando como referência empírica a concentração de agências que a pesquisa verificou em torno do ponto D do eixo vertical. Embora a distribuição estatística entre os posicionamentos das agências ao longo deste eixo só possa ser confirmada por meio de um mapeamento absoluto, assumimos que os resultados sintetizados no gráfico treze apontam uma especificidade do debate: aparentemente, a comunidade internacional vem se mostrando mais receptiva a programas de ação favoráveis à priorização de medidas de adaptação preventivas, mas que reconhecem a necessidade de complementá-las por meio de práticas de adaptação reativas. Partindo desse suposto, fomos levados a concluir que, embora se coadune a dinâmica de retemporalização que Beck, Trombetta e Bigo descrevem, tal ênfase em torno do ponto D não é perfeitamente condizente com as interpretações de nenhum dos autores.

Acreditamos ter encontrado uma forma de interpretar essa concentração valendo-nos da combinação dos conceitos de dispositivo de risco precaucional e dispositivo governamental *no limite*, sugerida por Aradau e Van Munster (2007). À luz dessa tese, a inclinação do debate político internacional em favor de medidas de adaptação preventivas, complementadas por práticas de adaptação reativas, pode ser interpretada como resultado da percepção do contexto de novos riscos, prevista por Beck, combinada à opção das burocracias autorizadas por manterem a ilusão de controle, como antecipada por Bigo. De um lado, o reconhecimento pela sociedade da incomensurabilidade dos impactos de segurança do fenômeno levaria os membros do debate político internacional a favorecerem medidas de adaptação preventivas, “uma vez que é ilusório acreditar que podemos lidar com os impactos do fenômeno caso ele nos atinja em sua real magnitude” (WBGU, 2007). Do outro, a realização da falibilidade intrínseca dessas medidas de adaptação preventivas levaria a comunidade internacional a antecipar a necessidade de lidar com os “impactos residuais” que o fenômeno deverá provocar (International Alert, 2009).

5.2

Análise dos resultados: o que há de global nas mudanças climáticas?

Definidas as coordenadas das agências nesses dois eixos, o plano sinóptico do debate sobre segurança climática surge do cruzamento entre as suas tomadas de posição. O gráfico abaixo retrata o resultado desse exercício.

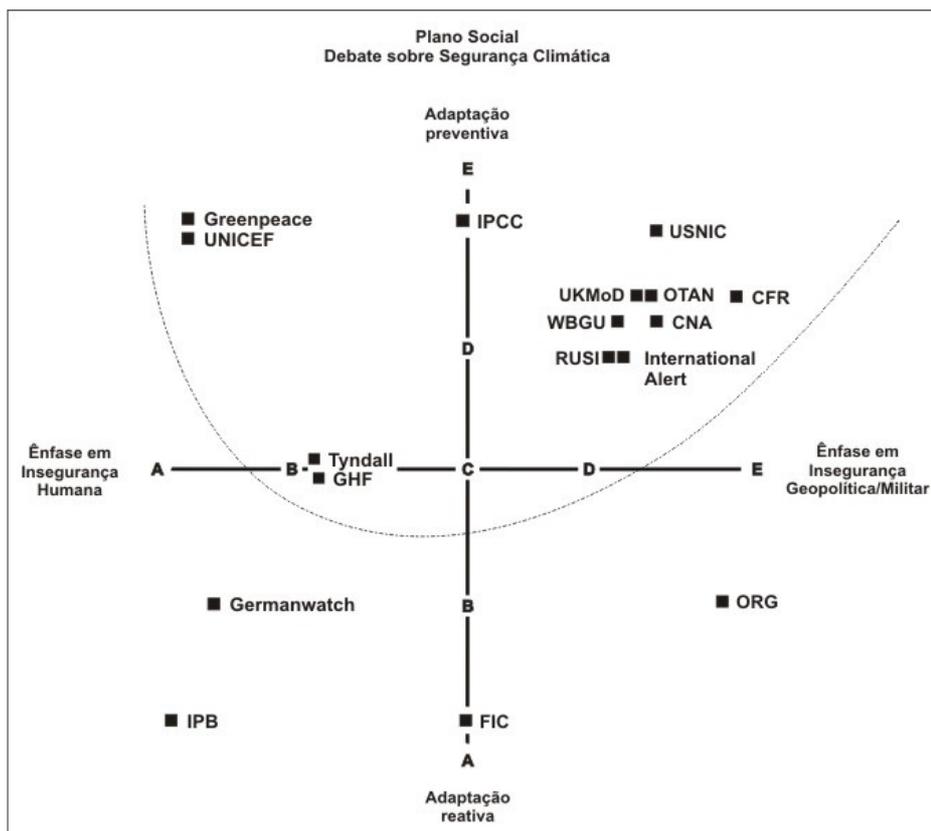


Gráfico 14 - Plano social do debate sobre segurança climática

Um aspecto de natureza mais conceitual que nos chama atenção nesse retrato preliminar do plano social sobre segurança climática é a correspondência virtualmente perfeita entre os critérios de diferenciação que definem seus eixos e o cruzamento entre diferentes concepções de espaço e tempo. O fato de a pesquisa empírica ter identificado como aspecto definidor do seu eixo horizontal as ênfases diferenciadas que os agentes dão às dimensões de segurança humana e segurança geopolítico/militares do fenômeno autoriza um paralelo direto entre essas caracterizações e a compreensão espacial que pauta a leitura das agências sobre o

sociopolítico contemporâneo.⁷² Da mesma forma, a oposição entre práticas de adaptação preventivas e reativas que caracteriza o eixo vertical, além de representar por si só um deslocamento da compreensão temporal da “não realização” do fenômeno à “pressuposição da sua materialização”, pode ser identificada com a alternativa entre diferentes concepções temporais. Parece-nos cabível sugerir, assim, que, como antecipa o debate conceitual sobre segurança climática, as categorias de tempo e espaço são, de fato, aspectos centrais dos discursos correntes sobre novos riscos, do qual a imagem de ameaça climática é exemplo.

Essa constatação nos encoraja a interpretar os resultados do mapeamento em termos dessa correspondência entre os eixos definidores do plano social e o cruzamento entre as concepções de tempo e espaço que informam o entendimento de segurança dos atores. Aqui se destaca um segundo resultado desse mapeamento, agora de natureza empírica: a concentração de agências verificada no sua parcela superior. Seis entre as dezessete agências analisadas (OTAN, Conselho Consultivo Alemão para Mudanças Globais, International Alert, Center for Naval Analysis, Royal United Services Institute e o Ministério da Defesa britânico) favoreceram a combinação das ênfases D e D. A concepção de segurança climática que as guia caracteriza os impactos de segurança humana do fenômeno como vetores de tensões geopolíticas e militares, ao mesmo tempo em que defende um programa de ação que prioriza medidas de adaptação preventivas, complementadas por práticas de adaptação reativas. Essa concentração nos parece relevante, dado que o posicionamento das agências em torno das demais combinações se mostrou significativamente mais disperso, a ponto de não podermos apontar outras concentrações significativas.

Além da aglutinação de agências em torno do ponto DD, gostaríamos de chamar atenção também para o posicionamento de agências em torno da ênfase AE. Ali se agrupam aquelas organizações que caracterizam os impactos do fenômeno estritamente em termos de segurança humana, defendendo, para enfrentá-los, um programa de ação igualmente restrito a práticas de adaptação preventivas (Greenpeace e UNICEF). Por fim, destacaríamos, ainda, o

⁷² Ainda que, como procuramos argumentar, essa variação discursiva não implique uma variação *de facto* do objeto referente empregado como espaço de formulação e aplicação das técnicas de governo direcionados ao fenômeno.

posicionamento do IPCC, cuja caracterização do fenômeno enfatiza a circularidade dos seus impactos de segurança humana e segurança geopolítica/militar e cujo programa de ação se restringe à adoção de medidas de adaptação preventivas. Optamos por destacar tais posicionamentos por considerá-los arquétipos das compreensões ímpares quanto à organização do sistema internacional contemporâneo que podemos derivar das tomadas de posição das agências neste plano social. Em termos teóricos, assim, analisar a caracterização que essas agências dão aos impactos de segurança do fenômeno, bem como os programas de ação que advogam, nos permite discorrer sobre os diferentes significados do “global” que informam o discurso de ameaça climática.

Tomemos o argumento da OTAN como exemplo da concepção de segurança climática DD: em sua tomada de posição, a organização enaltece os efeitos deletérios que os impactos de segurança humana das mudanças climáticas podem exercer ao agravar tensões geopolíticas e militares que podem levar o relacionamento entre os seus Estados-membros a escalar em conflitos por recursos e pelo controle das novas rotas navais no Ártico. Contrariando o senso comum, porém, o programa de ação que a organização advoga para o enfrentamento desse cenário consiste basicamente em fortalecer as negociações intergovernamentais entre seus Estados-membros, a fim de evitar que a partilha futura dos recursos naturais na região do Alto Norte venha a se converter em um fator de tensões geopolíticas entre EUA, Canadá, China, Rússia e os países escandinavos.

O conceito de globalização como *transferência* desenvolvido por Bartelson parece resumir adequadamente a compreensão espaço-temporal que se desprende dessa concepção da ameaça climática. Sob essa ótica, a formação de um espaço global seria produto da intensificação e aceleração das trocas e deslocamentos entre unidades bem delineadas. Isto é, essa concepção do global aceita as práticas executadas individualmente pelos Estados como elementos definidores do avanço ou retrocesso do processo de globalização. Sob essa perspectiva, “it is not meaningful to speak of ‘the global’ as something transcending the sum total of the units” (Bartelson, 2000, p.186). No que toca à compreensão espaço-temporal que a permeia, Bartelson sustenta que, embora a composição desse espaço possa interferir na velocidade da interação entre os Estados, a imagem do global como transferência presume que suas unidades

definidoras – os Estados – permanecerão imutáveis como unidades definidoras do processo. De forma precisa, essa concepção do global assume que uma aceleração da dimensão temporal deverá ser acomodada à manutenção do *status-quo* espacial.

Parece ser essa a concepção do global que orienta a leitura estadocêntrica / preventiva que as agências posicionadas em torno do ponto DD fazem da ameaça climática. Não por coincidência, o ponto comum que a pesquisa empírica capturou entre as tomadas de posição dessas agências foi a compreensão de convivência internacional que se confunde com o modelo de interação intergovernamental. Nas palavras de Bartelson, a compreensão de global que orienta a formulação de políticas sob essa perspectiva “is likely to be answered in terms of either multilateralism – increased cooperation between states – or internationalism – as a joint effort of states to make the international realm more like the domestic one” (Idem, p. 186).

Em relação à compreensão de segurança climática característica ao IPCC, por sua vez, toda a ênfase recai na circularidade entre os efeitos de segurança humana e segurança geopolítica/militar das mudanças climáticas. Mais importante para nosso argumento, a tomada de posição da agência quanto ao enfretamento dos impactos de segurança do fenômeno trata de maneira explícita da condição de interdependência extrema à qual os Estados são submetidos em função desse novo risco global. A mais sutil alteração dos padrões climáticos é apresentada pela organização como gatilho potencial de um efeito borboleta devastador: impactos de segurança humana afetam a estabilidade política, elevando pressões sociais, que levam ao recrudescimento das relações diplomáticas entre os Estados, tendo, com isso, repercussões econômicas, que agravam os quadros de insegurança humana, dificultando os esforços de mitigação e adaptação ao fenômeno, o que leva a um aumento na incidência de catástrofes ambientais e assim por diante. O global, sob essa narrativa, emerge como uma grande teia de relações, cujo equilíbrio tênue pode ser facilmente rompido pelas transformações climáticas abruptas que “deverão” ocorrer.

É patente o paralelo entre a compreensão de segurança climática resumida pela tomada de posição do IPCC e a compreensão de global como rede de interdependência descrita por Bartelson (2000, p.188). Sob essa concepção, o global é associado pelo autor a um processo de *transformação*, que tem como

característica a aceleração da temporalidade típica ao relacionamento entre os atores e o abandono da compreensão espacial que dá papel de destaque ao Estado no modelo de transferência. Como o autor argumenta, quando o global é conceitualizado dessa forma, “the fate of the units is inextricably intertwined with that of the system as a whole, and it is hardly meaningful to speak of the former other than in terms of the latter” (Idem). Enquanto a primeira concepção apresenta o global como fruto de um processo de interação e transferência entre unidades pré-estabelecidas, assim, tal conotação associa o global a uma dinâmica estrutural “idêntica a si mesma”, isto é, uma *condição* que *atinge* as condutas dessas unidades mais do que é reflexo delas. Em outras palavras, essa compreensão transformadora entende o global como uma condição de interdependência, que paira acima da opção das unidades que a compõem. O global não depende dos interesses e motivações dos agentes que subsume, mas define as condições de inteligibilidade a partir das quais esses interesses são definidos. Uma vez derivado da combinação das unidades que o compõem, o global ganha vida própria e torna-se um espaço de interação autônomo, com natureza e leis particulares. Nas palavras do autor,

(...) this concept of globalization thus preserves the distinction between unit and system, but relativizes and problematizes it by turning the system into a kind of unit situated at the same level of analysis as its constituent parts (Idem, p. 187).

Por fim, em sua caracterização dos impactos de segurança das mudanças climáticas, a UNICEF dá ênfase absoluta aos efeitos de segurança humana. Mortalidade infantil provocada por quadros de insegurança humana ou por epidemias de doenças cujo alastramento é facilitado em função do fenômeno são suas maiores preocupações. Não há em sua tomada de posição nenhuma distinção quanto às populações a serem protegidas. Mais do que isso, a organização trata explicitamente da preservação das condições mínimas de segurança humana frente aos impactos do fenômeno como item de *direitos humanos* (UNICEF, 2008, p.15). A temporalidade acelerada que marca a difusão de doenças em um novo cenário de riscos globalizados não respeitaria nenhuma distinção espacial. Como sintetiza a organização, a difusão de epidemias propagadas por alterações climáticas abruptas não distingue origem nacional, raça ou etnia, mas “extend across widely dispersed locations *simultaneously* and can move between places

anywhere on earth pretty much instantaneously” (Idem; Bartelson, 2000, p. 190, Minha ênfase).

Esta compreensão da ameaça climática como um fenômeno com temporalidade extrema e espacialidade nula que o mapeamento associa à ênfase AE se aproxima da compreensão de global como espaço transcendente desenvolvida por Bartelson (Idem). Tal concepção do global é a de conceitualização mais difícil. O global, aqui, é lido como fruto de uma dinâmica *transcendental*, *i.e.*, exemplo de florescimento de um novo modelo de interação social marcado pela dissolução da própria distinção espacial. Ao invés de romper com a centralidade do Estado dando autonomia e primazia à esfera da interdependência, como prevê a noção de globalização como transformação, a apresentação do global como transcendência pressupõe uma ruptura radical com o modelo de unidade política bem delineada representada pelo Estado moderno. Sob essa ótica, global e mundo são tratados como sinônimos: o modelo de organização política comunitarista é “evitado” em favor de uma organização baseada em nada mais do que a nossa condição humana comum. O senso de pertencimento que permeia a interação social não é um senso de pertencimento cívico, mas a percepção de integrar uma mesma condição; uma mesma espécie. “This concept of globalization implies the possible *dissolution* of the sovereign state and the corresponding international system or society as a spatialized form of political life” (Idem. Minha ênfase).

A forma com que a UNICEF e o Greenpeace enquadram os impactos de segurança das mudanças climáticas sob o binômio segurança humana/prevenção pode ser associada, assim, ao que Bartelson (Idem, p.193) identifica como uma concepção do global com pretensões transcendentais. A ruptura com a concepção ocidental moderna do sociopolítico que essa leitura do global toma como dada revestiria tal enunciado de um poder performativo, o qual Bartelson descreve como a natureza de uma “profecia em busca de auto-realização”. Embora não implique uma ruptura com o modelo de comunidade política por si só, a difusão desse discurso de ameaça climática, com a concepção do global que o corresponde, funcionaria como um “veículo de transformação ontológica”. Isto é, manteria viva no horizonte a perspectiva de transformação, suscitando com isso as indagações e práticas que podem fazer dessa transformação uma realidade. Nas palavras do autor,

(..) the logic of the concept of globalization resembles that of the concepts of civilization and revolution as they were shaped before and during the French Revolution: these concepts also lacked stable referents, but functioned as vehicles of social change by signifying change in its purest, most necessary and irreversible form: change as the condition of possible objects and possible identities in a possible future (Idem, p. 193).

5.3

Observações finais

O nosso esforço por discernir as diferentes formas com que as mudanças climáticas têm sido apresentadas como uma questão de segurança pode ser associado a um mapeamento indireto das diferentes formas com que o debate político tem pensado o global no discurso de ameaça climática. Como se vê, o paralelo com o argumento de Bartelson nos permite relacionar de forma bastante direta a polêmica que se forma em torno das diferentes concepções possíveis de segurança climática com a indefinição que caracteriza a discussão contemporânea sobre a formação de um espaço global.

Não obstante, nossa opção por relacionar os resultados encontrados com a discussão acerca da complexidade do discurso de globalização não se deve apenas ao poder ilustrativo das três categorias de global que ela oferece. Insistimos nessa comparação, antes, porque vemos nela uma forma de demonstrar a importância de basearmos em mapeamento discursivos não esquemáticos, a análise dos impactos políticos e conceituais da construção de percepções de (in)segurança transnacionais. Em específico, acreditamos que essa utilidade fica clara quando unimos os resultados da pesquisa à sugestão de Bartelson sobre as perspectivas de formação de um espaço global que transcenda a compreensão espaço-temporal moderna.

Indo de encontro à expectativa transcendental descrita pelo autor, o mapeamento preliminar do plano social que procuramos executar nos encoraja a concluir que a conversão das mudanças climáticas em uma questão de segurança está, ainda, longe de encorajar o abandono da compreensão espacial moderna.

Entre as agências que têm servindo como referências para o debate político, apenas o International Peace Bureau, o Greenpeace e a UNICEF defendem um tratamento do fenômeno condizente com uma compreensão espacial baseada em nossa condição humana comum. Mesmo o Germanwatch, o Tyndall

Centre e o Global Humanitarian Forum, que dão prioridade à dimensão de segurança humana nas suas caracterizações dos impactos de segurança do fenômeno, assumem o Estado como unidade necessária à operacionalização das medidas voltadas ao seu enfrentamento. No caso do IPCC e do Feinstein International Center, por sua vez, a compreensão do sociopolítico derivada das suas caracterizações dos impactos do fenômeno se aproxima da imagem do global como rede de interdependência descrita por Bartelson. Embora sobreponham a dinâmica estrutural sistêmica à vontade dos Estados, assim, sua concepção do sociopolítico ainda depende do Estado como instrumento condutor dessas pressões estruturais. Por fim, à direita do eixo vertical, todas as agências operam com o Estado como objeto referente *natural* na leitura que fazem do fenômeno. Impactos de segurança humana são reduzidos à condição de fatores amplificadores de tensões geopolíticas e militares; sendo relevantes apenas na medida em podem obrigar os países atingidos a repensarem suas posições geoestratégicas e políticas de defesa. As medidas que tais agências defendem frente a esses impactos, da mesma forma, passam ora por fortalecer a capacidade de resposta das forças de segurança responsáveis por garantir a estabilidade interna desse Estado (protegendo-o, inclusive, da penetração de “corpos estranhos”), ora por diminuir a vulnerabilidade desses Estados frente aos efeitos físicos das mudanças climáticas.

A julgar pelos posicionamentos dos principais atores envolvidos na discussão, o mapeamento do debate sobre segurança climática aponta uma concentração em torno da concepção do espaço global como esfera de transferência entre unidades particulares e uma compreensão temporal inclinada ao que Bigo define como técnicas de *colonização do futuro* (Bartelson, 2000; Bigo, 200-, rascunho). Até que um mapeamento ampliado do debate social sobre segurança climática nos prove errados, portanto, os resultados encontrados nos permitem supor que, se a formação do global como espaço transcendente é uma profecia em busca de auto-realização, a tendência de (in)securitização das mudanças climáticas tem se mostrado mais uma barreira do que um impulso nessa direção.

5.3.1 Desdobramentos da pesquisa

Como antecipamos na discussão sobre os resultados esperados, o mapeamento discursivo que realizamos precisa ser entendido como parte de um exercício mais amplo. De forma bastante direta, a pesquisa não teve a pretensão de exaurir o mapeamento do plano social que se forma ao redor do debate sobre segurança climática. Buscamos, antes, definir os critérios de diferenciação e capturar indícios sobre o posicionamento das agências que nos sirvam como ponto de partida para uma futura ampliação desse exercício cartográfico.

Reflexo prático dessa proposta de pesquisa reflexiva, as análises que defendemos como conclusões dos capítulos três e quatro evitaram derivar dos resultados encontrados qualquer *assertiva* sobre tendências. Essa precaução nos pareceu um cuidado metodológico justificado, dado que a concentração de agências em torno de um ponto pode ser explicada por um viés prévio na seleção das agências analisadas. O mesmo cuidado se aplica à correlação que acabamos de estabelecer entre o plano social e o entendimento do global como transferência, que a pesquisa indicou perpassar o discurso de ameaça climática. Da forma com que a entendemos, essa correlação deve ser lida mais como uma hipótese a ser testada do que como uma afirmação que se pretende conclusiva.

Um desdobramento óbvio que se pode prever para a pesquisa, assim, passa pela ampliação desse mapeamento discursivo, de modo a pôr em teste tanto a correlação estatística entre as concentrações encontradas, como as interpretações conceituais que procuramos oferecer. Nesse sentido, um próximo passo importante seria ampliar o mapeamento discursivo, incluindo no plano social a “totalidade” de agências identificadas como participantes da debate público sobre o tema. Como exemplo do compromisso reflexivo da pesquisa, um grupo de agências que deverá ser incluído nesse mapeamento ampliado é a própria academia. Embora seu tratamento tenha fugido ao escopo da dissertação, reconhecemos a importância de considerar a interferência que os acadêmicos envolvidos no debate teórico exercem sobre a definição do conceito de segurança climática.

Uma segunda forma de levar adiante a pesquisa passa pela conclusão das etapas subseqüentes ao mapeamento discursivo que o método bourdieuniano

prevê. Optar por essa trajetória significa partir da ampliação do mapeamento discursivo realizado nesse primeiro exercício para, a partir dela, construir o plano social de capacidades. Neste plano, os agentes aqui identificados serão posicionados em função do *portfólio* de capitais de campo que detêm (capitais estes que precisaremos identificar *in actu*).

Se o mapeamento do plano discursivo nos permite evitar a leitura esquemática do conceito de segurança climática, seu contraste com o plano de capacidades nos aproximaria da proposta analítica de Bourdieu de compreender *por que* as agências envolvidas nesse debate adotam as tomadas de posição que lhes são características. Em termos bourdieunianos, por meio desse cruzamento entre disposição ideacional e capacidade seria possível capturar homologias entre as posições das agências nestes dois planos, de modo a compreender melhor porque as agências são levadas a encorajar as caracterizações do fenômeno que favorecem.

As repercussões teóricas dessa justaposição entre os planos discursivo e de capacidades nos parecem relevantes em vários sentidos. Poderíamos, entre outras coisas, compreender o que permite aos grupos de atores que operam com as *rationales* de segurança humana e segurança geopolítico/militar modularem o tema das mudanças climáticas para dentro dos seus domínios de insegurança específicos. Através do mesmo exercício, ademais, poderíamos aprofundar nossa compreensão acerca da “política de insegurança” a que Huysmans (2006) e Bigo (2008) se referem, capturando aqueles capitais que concedem aos atores envolvidos no debate, a autoridade para definir qual leitura dos impactos de segurança do fenômeno é considerada mais correta ou legítima.

Mantemos entre aspas as idéias de “totalidade” e “conclusividade”, porém, por termos consciência de que apenas um mapeamento absoluto do plano social pode permitir afirmar *categoricamente* que os indícios encontrados representam, de fato, uma inclinação geral do debate. Dada a inexequibilidade dessa tarefa, é mister reconhecer que toda conclusão empírica capturada pelo mapeamento de um campo transnacional, bem como as interpretações conceituais que delas derivamos, serão sempre tentativas.

Em vez de um problema, contudo, esse convite à ampliação do exercício cartográfico nos parece o ponto forte do método bourdieuniano. O engajamento no processo de construção desse plano social representa por si só uma inovação na

forma de abordar a discussão sobre segurança climática, fugindo à pretensão de imparcialidade da discussão normativa e à ilusão objetivista do discurso empírico. Sob a ótica bourdieuniana, a perspectiva de que um segundo mapeamento do plano social venha a apontar conclusões não consonantes aos resultados anteriores ou não condizentes com as interpretações teóricas inicialmente propostas, não só não caracteriza um problema, como representa o melhor resultado que se pode esperar. Afinal, para que um mapeamento mais abrangente possa superar em precisão o mapeamento que o precedeu, ele precisa se inserir na discussão sobre o tema sob uma nova perspectiva, empregando novas ferramentas, e uma nova maneira de pensar. E formar “novas formas de pensar velhos problemas”, para tomarmos emprestada a máxima de Wittgenstein, “é o que é realmente difícil de conseguir”.⁷³

⁷³ “The new way of thinking is what is so hard to establish. Once the new way of thinking has been established, the old problems vanish; indeed, they become hard to recapture. For they go with our way of expressing ourselves and, if we clothe ourselves in a new form of expression, the old problems are discarded along with the old garment” (Wittgenstein, 1984, p.48).